

Discurso de Recondução da Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao TCU (Sessão Extraordinária de 20/08/2025)

Excelentíssimo Senhor Ministro Vice-Presidente Jorge Oliveira,
Excelentíssimos Senhores Ministros e Ministros-Substitutos,
Excelentíssimos Senhores Subprocuradores-Gerais e Procuradores do Ministério Público junto ao TCU,
Autoridades presentes,
Senhores advogados,
Prezados servidores e demais colaboradores,
Senhoras e Senhores,

É com humildade e elevado senso de responsabilidade que hoje me pronuncio nesta sessão solene que marca minha recondução ao cargo de Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União.

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, expresso meu mais sincero agradecimento, pela confiança renovada. Recebo seu gesto com o espírito consciente da grandeza do compromisso que me cabe. A recondução não é apenas um reconhecimento do trabalho realizado até aqui, mas, sobretudo, um chamado para redobrar esforços em defesa do patrimônio público, da boa governança e da transparência na Administração Pública.

Gostaria de agradecer ao eminente Ministro-Presidente Vital do Rêgo, ao Vice-Presidente Ministro Jorge Oliveira, e aos demais Ministros e Ministros-Substitutos desta Casa, pela parceria institucional respeitosa e pelo diálogo permanente, que têm possibilitado uma atuação cada vez mais profícua do Ministério Público. Agradeço também aos meus colegas Procuradores, pelo apoio, pela cooperação leal e pela inspiração diária de que a missão é sempre coletiva.

Registro ainda minha gratidão aos servidores desta Casa, que, com dedicação silenciosa e competência exemplar, sustentam o funcionamento de nossas atividades. Nenhuma conquista é individual; cada avanço do Ministério Público junto ao TCU reflete a colaboração de todos. Agradeço, em especial, aos servidores, terceirizados e estagiários do meu Gabinete e do Gaex, o que faço nas pessoas do Guilherme e do Samuel.

Senhoras e Senhores, o Ministério Público de Contas exerce uma função singular e indispensável. Somos guardiões da legalidade e defensores do erário, mas também promotores de uma administração pública mais íntegra, eficiente e orientada para resultados que alcancem efetivamente a cidadania.

Nosso papel vai além da fiscalização formal. Ele se traduz na defesa de valores republicanos, na preservação da moralidade administrativa e na promoção da transparência como pilares de um Estado democrático que se legitima, sobretudo, pela confiança que desperta em seu povo.

Não se trata de agir contra, mas de agir a favor: a favor da boa gestão, do planejamento responsável, da prevenção de irregularidades e da construção de soluções que evitem desperdícios e ampliem a eficácia das políticas públicas.

Nesse contexto, sob essa perspectiva de nossa atuação funcional, gostaria de registrar, de maneira especial, meu apreço pela gestão do Excelentíssimo Presidente do Tribunal, Ministro Vital do Rêgo. Sob sua liderança e com o apoio incansável do Vice-Presidente, Ministro Jorge Oliveira, a Corte tem reafirmado, com clareza e firmeza, a importância da **participação cidadã** como eixo estruturante do controle externo.

Ao abrir as portas do Tribunal para ouvir a sociedade, ao ampliar canais de diálogo com cidadãos, entidades representativas e organizações da sociedade civil, Sua Excelência tem conferido ainda maior legitimidade às decisões desta Casa e fortalecido a confiança social em nossas instituições.

Esse compromisso com a transparência, com a inclusão da voz da cidadania no processo de controle e com a democratização do acesso às informações públicas é exemplo do que significa exercer a Presidência não apenas como um posto de autoridade, mas como um espaço de liderança transformadora.

O Ministério Público junto ao TCU se coloca inteiramente à disposição de Sua Excelência e da Presidência para colaborar nesse propósito. Queremos ser parceiros ativos nesse esforço de ampliar a escuta social, aprimorar os instrumentos de participação e tornar cada vez mais efetiva a presença do cidadão na construção de um Estado íntegro e eficiente.

Senhoras e Senhores, permitam-me, neste momento, compartilhar uma reflexão pessoal que também é institucional. Sou atualmente a única mulher a compor o rol de autoridades do Tribunal. Esse fato, longe de ser apenas um registro estatístico, representa um marco simbólico na luta pela ampliação da representatividade feminina nos espaços de poder e decisão.

Estar aqui, ocupando este lugar, significa carregar comigo não apenas minha trajetória individual, mas também as vozes de tantas mulheres que, ao longo da história, enfrentaram obstáculos para que hoje pudéssemos estar presentes, cada vez mais, em funções de liderança. Sei que ainda há muito a avançar, mas acredito que cada passo dado abre caminho para novas conquistas, inspirando futuras gerações.

Aqui abro um parêntese para destacar o livro que foi lançado na semana passada, Ensemble, com a participação da nossa querida Ana Paula Sampaio, repleto de histórias de mulheres e suas trajetórias. É realmente inspirador. Já virou meu livro de cabeceira.

Li algumas, mas já pude perceber determinados pontos que se repetem com uma certa frequência: os dilemas entre carreira e maternidade, as dificuldades com a chamada dupla jornada, relatos de assédio, discriminação e por aí vai.

Mas o melhor de tudo: são todas histórias de luta, superação, de recomeço, enfim, de sucesso...

Histórias de mulheres que não aceitaram ser coadjuvantes de suas vidas, mas personagens principais.

Esse também é um livro sobre a união entre mulheres: uma sobe e puxa a outra.

Como bem colocado por uma das autoras, Flávia Vigio:

“Há um ditado que diz que ‘a maré, quando sobe eleva todos os barcos’. É responsabilidade de cada um de nós usar as oportunidades que temos para trazer conosco mais pessoas, sejam irmãs, amigas ou colegas, e puxar para cima toda uma nova leva. Um futuro melhor só construiremos com a participação de todos...”

Com esse espírito, assumi a Supervisão da **Política de Equidade, Diversidade e Inclusão no âmbito do Tribunal de Contas da União**, missão que recebi com muita honra do Presidente Vital do Rêgo. Tenho plena convicção de que promover a inclusão não é apenas um gesto de justiça social, mas também uma estratégia institucional para fortalecer a qualidade das decisões e a legitimidade do Tribunal, mas também de servir de referência para outros órgãos da Administração Pública.

Diversidade, equidade e inclusão não são apenas conceitos abstratos; são valores que ampliam perspectivas, enriquecem análises e permitem que nossas instituições reflitam de maneira mais fiel a sociedade a que servem. Trabalharei para que essa política não seja apenas um documento, mas uma prática viva, que contribua para uma cultura organizacional mais justa, plural e respeitosa.

Senhoras e Senhores, se há algo que aprendi nesses anos de dedicação ao serviço público, é que o verdadeiro poder não se mede pela autoridade formal, mas pela capacidade de servir com humildade e responsabilidade. É esse espírito que guia minha recondução: o de uma servidora da República, consciente de que a missão que assumo pertence, antes de tudo, ao povo brasileiro.

Que possamos seguir juntos, nesta Casa, honrando a Constituição, respeitando as leis, defendendo o patrimônio público e promovendo a boa governança. E que cada decisão tomada por nós seja sempre inspirada no compromisso de deixar às futuras gerações um país mais íntegro, justo e democrático.

Muito obrigada a todos!

TCU, Sala das Sessões, em 20 de agosto de 2025.

Cristina Machado da Costa e Silva
Procuradora-Geral